

15 de dezembro de 2021

Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020 (Dados provisórios)

Qual o impacto da pandemia na situação financeira das famílias?

- De acordo com Inquérito à Situação Financeira das Famílias de 2020, realizado entre outubro de 2020 e fevereiro de 2021, 69% das famílias em Portugal consideraram que a sua situação financeira era semelhante à anterior à pandemia, 28% consideraram que piorou e 3% consideraram que melhorou.
- O impacto da pandemia na situação financeira e no rendimento das famílias foi maior nas famílias que dependiam do rendimento do trabalho no período anterior à pandemia.
- Entre as famílias em que o indivíduo de referência (que na maior parte das famílias é o indivíduo com maior rendimento) estava a trabalhar antes da pandemia, a redução no rendimento foi mais frequente nas de rendimento mais baixo, assim como para aquelas em que este indivíduo tinha um nível de escolaridade inferior ao ensino superior, era trabalhador por conta própria ou do setor do Alojamento e restauração.
- As situações de redução parcial do rendimento do trabalho foram mais frequentes do que a perda de emprego ou a perda total de rendimento. A percentagem de famílias em que o indivíduo de referência enfrentou estas diferentes situações foi, contudo, bastante diversa consoante o tipo de família, atingindo valores mais elevados para aqueles com níveis de rendimento e de escolaridade mais baixos.
- As situações de *layoff* ou de apoio a trabalhadores independentes foram mais frequentes nas famílias de rendimento intermédio.
- A maior parte das famílias que registaram redução no rendimento devido à pandemia diminuíram a despesa em bens não duradouros e serviços. As outras medidas mais frequentes para fazer face à redução do rendimento foram a utilização de poupanças acumuladas ou a venda de bens de valor, o recurso a moratórias para os empréstimos com garantia da residência principal, o adiamento da compra de uma casa, de um carro ou de outro bem duradouro e a ajuda de familiares ou amigos.

O Inquérito à Situação Financeira das Famílias (ISFF) é um inquérito representativo das famílias residentes em Portugal. A edição de 2020 do ISFF incluiu um conjunto de perguntas destinadas a avaliar o impacto da pandemia COVID-19 no emprego, no rendimento e noutros aspetos da situação financeira das famílias. Neste Destaque, apresentam-se os resultados provisórios desse módulo. Os resultados principais desta operação estatística, sobre riqueza e endividamento, estarão disponíveis em 2022.

28% das famílias indicaram uma deterioração da sua situação financeira em comparação com o período antes da pandemia

De acordo com os resultados do ISFF 2020, realizado entre outubro de 2020 e fevereiro de 2021, 69% das famílias em Portugal consideraram que a sua situação financeira era semelhante à anterior à pandemia, 28% consideraram que piorou (para 24% piorou, mas ainda assim conseguiam pagar as despesas apenas com o rendimento) e 3% consideraram que melhorou (Gráfico 1 e Quadro A1).

A pandemia afetou principalmente a situação financeira das famílias em que os indivíduos estavam em idade ativa e, em especial, as famílias mais jovens. Nas famílias em que o indivíduo de referência (que na maior parte das famílias é o indivíduo com maior rendimento) tinha menos de 35 anos, 41% declararam uma deterioração da situação financeira, enquanto nos grupos etários dos 65 aos 74 anos e de 75 ou mais anos esta percentagem foi 20% e 13%, respetivamente.

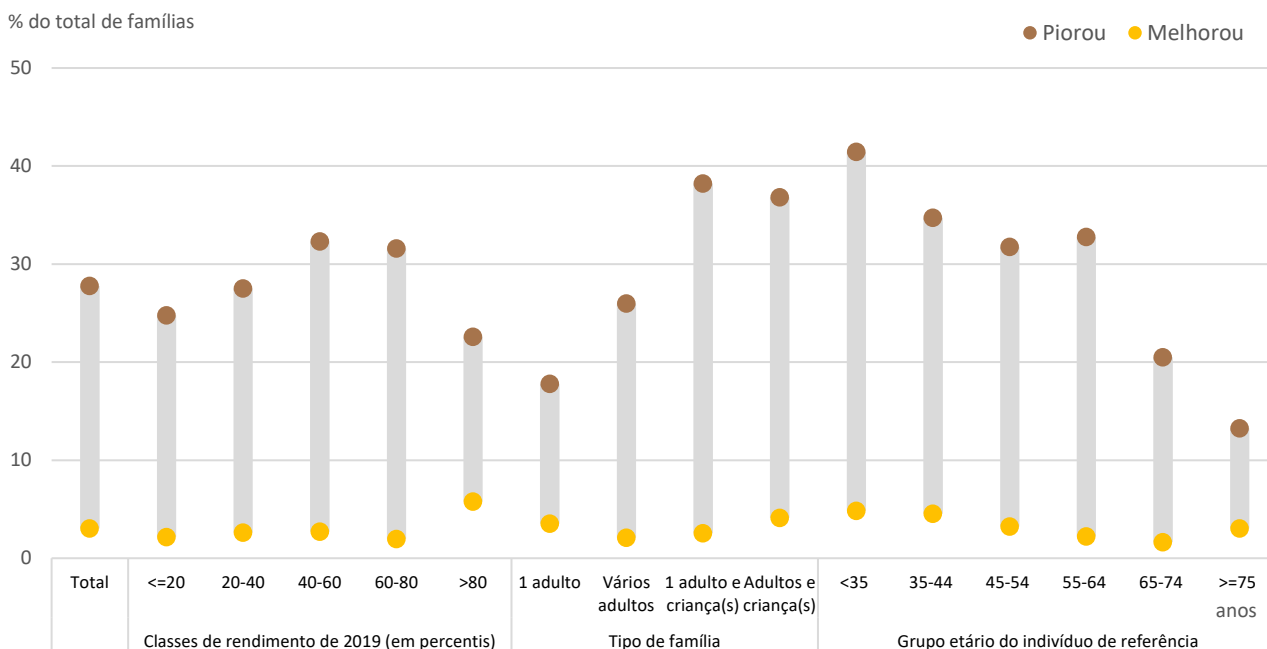
Por níveis de escolaridade, a deterioração da situação financeira foi mais frequente nas famílias em que o indivíduo de referência tinha um nível de escolaridade inferior ao ensino superior (28% e 32% nos níveis de escolaridade até ao 3º ciclo do ensino básico e secundário, respetivamente, que comparam com 23% no ensino superior).

Nas famílias com crianças, o impacto da pandemia foi mais negativo do que nas famílias que incluíam apenas adultos (cerca de 38% indicaram uma deterioração da situação financeira, o que compara com 18% e 26% nas famílias só com um adulto ou com vários adultos, mas sem crianças). Nas famílias com apenas um adulto e crianças, 8% declararam que a situação financeira se deteriorou e não conseguiam pagar as despesas apenas com o rendimento, uma percentagem que é superior às dos restantes tipos de família.

Por classes de rendimento, a deterioração da situação financeira foi mais frequente nas famílias com rendimentos intermédios do que nas famílias com rendimentos mais baixos ou mais elevados (ou seja, do primeiro ou do último quintil, respetivamente). Nas famílias do terceiro e quarto quintis, 32% das famílias declararam uma deterioração da situação financeira. Esta percentagem diminuiu para 25% e 23% nas famílias do primeiro e do último quintis, respetivamente. No entanto, nos dois primeiros quintis de rendimento, a percentagem de famílias com uma deterioração da situação financeira e que não conseguiam pagar as despesas apenas com o rendimento (6%) foi mais elevada do que nas restantes classes de rendimento. Em contraste, a percentagem de famílias com uma melhoria da situação financeira em consequência da pandemia foi mais elevada no último quintil de rendimento (6%).

O impacto da pandemia na situação financeira das famílias não foi muito diferenciado entre famílias com diferentes níveis de riqueza. Todavia, a percentagem de famílias com uma deterioração da situação financeira foi ligeiramente mais elevada no primeiro quintil de riqueza (31%), no qual foram também mais as famílias que indicaram não ter capacidade para pagar as despesas apenas com o rendimento (6%).

Gráfico 1: Situação financeira do agregado familiar em comparação com o período antes da crise pandémica, por classes de rendimento, tipo de família e grupo etário | Percentagem de famílias no total de cada grupo



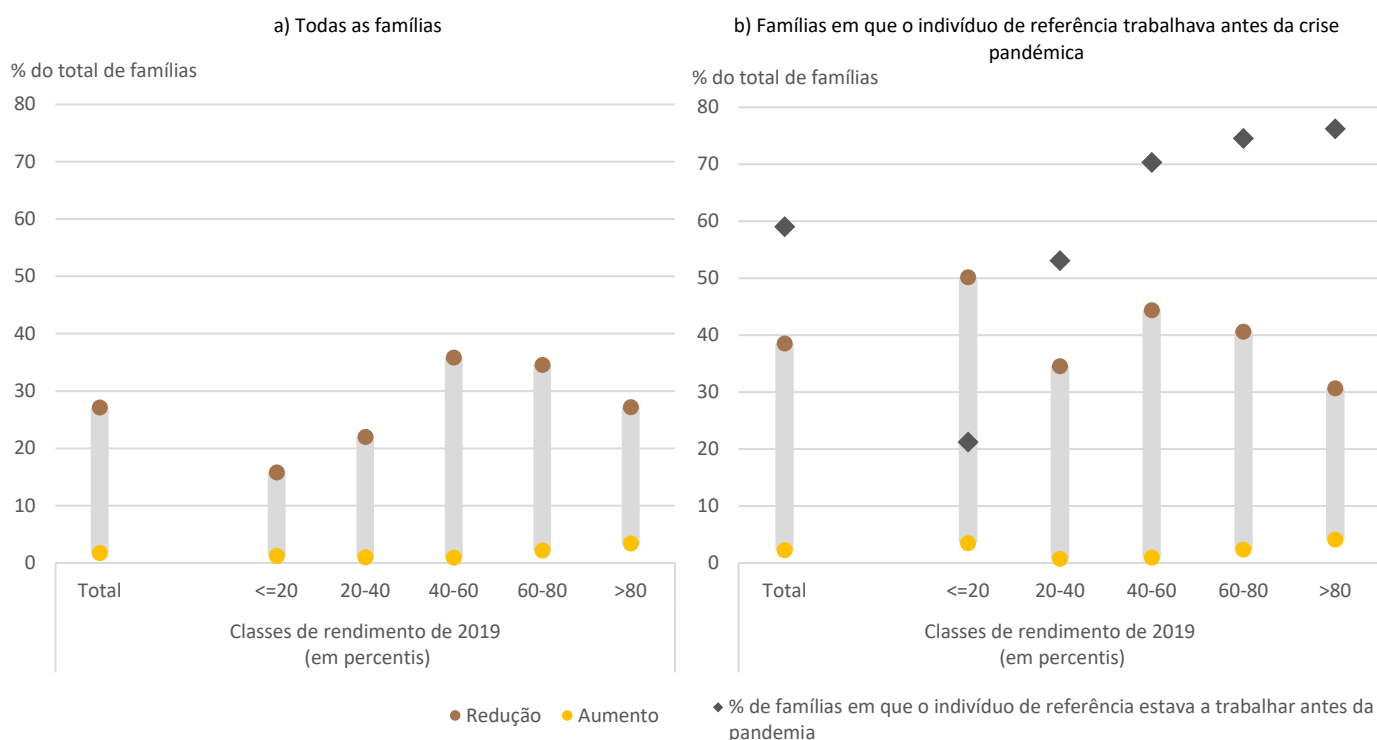
Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020.

O impacto da pandemia foi maior nas famílias que dependiam do rendimento do trabalho no período anterior à pandemia

Para a maioria das famílias, a perceção sobre as alterações na situação financeira está muito relacionada com as variações do rendimento decorrentes da pandemia. No total das famílias em Portugal, 27% indicaram ter tido entre 2019 e 2020 uma redução de rendimento devido à pandemia, 71% indicaram não ter tido alterações de rendimento e 2% indicaram um aumento de rendimento (Quadro A2).

As reduções de rendimento devidas à pandemia foram menos frequentes nas famílias de menor rendimento do que nas restantes classes de rendimento, o que pode estar relacionado com a menor participação daquelas famílias no mercado de trabalho (Gráfico 2a e Quadro A2). No primeiro quintil de rendimento, no qual apenas 21% dos indivíduos de referência estavam a trabalhar antes da pandemia, em grande parte porque neste quintil predominam as famílias com reformados, 16% das famílias indicaram ter tido reduções de rendimento devido à pandemia. Nos quintis mais elevados de rendimento, nos quais em mais de 70% das famílias o indivíduo com maior rendimento estava a trabalhar antes da pandemia, a percentagem de famílias que declararam uma redução de rendimento é bastante mais elevada (cerca de 35% no terceiro e quarto quintis).

Gráfico 2: Variação do rendimento do agregado familiar entre 2019 e 2020 em resultado da crise pandémica, por classes de rendimento | Percentagem de famílias em cada classe de rendimento



Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020.

Entre as famílias em que o indivíduo de referência estava a trabalhar antes da pandemia, a redução de rendimento foi mais frequente nos níveis mais baixos de escolaridade e de rendimento

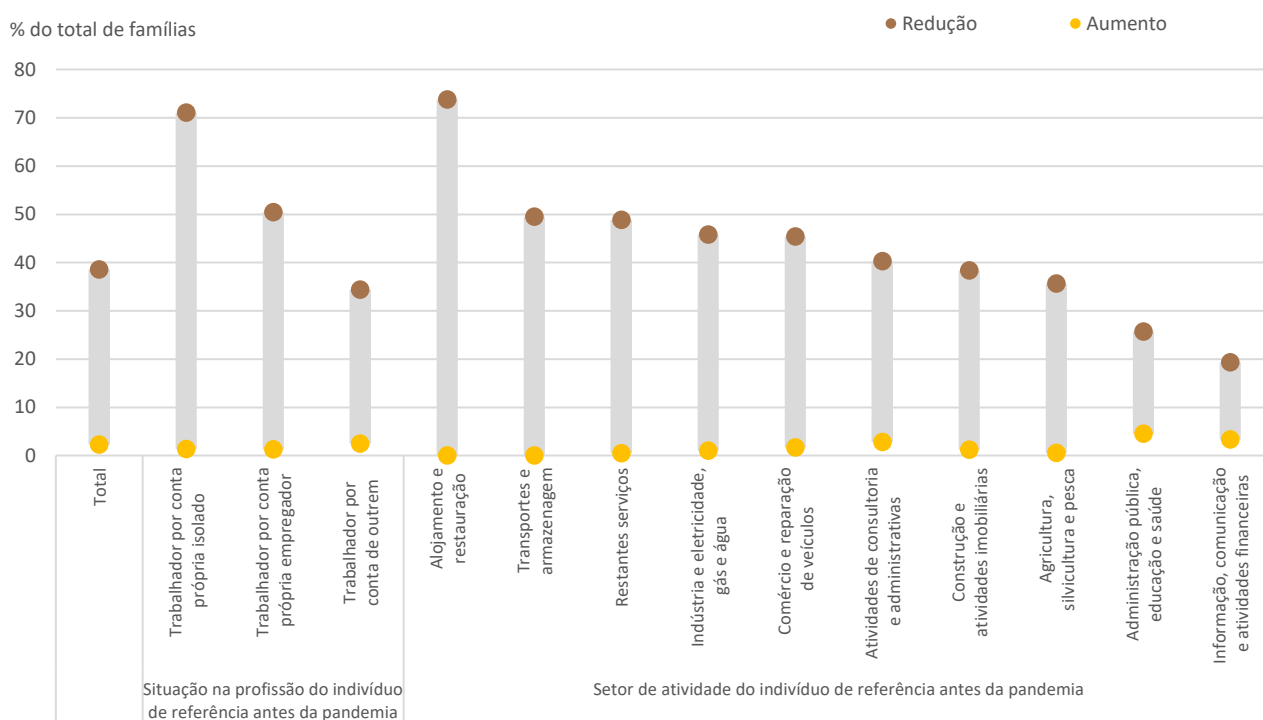
No conjunto das famílias em que o indivíduo com o maior rendimento estava a trabalhar antes da pandemia, a percentagem de famílias com reduções de rendimento devido à pandemia foi 39% (Gráfico 2b e Quadro A3).

Neste caso, a redução de rendimento foi mais frequente nos níveis mais baixos de escolaridade e de rendimento. Nas famílias em que o indivíduo de referência completou um nível de escolaridade até ao secundário, mais de 40% declararam ter tido reduções de rendimento, o que compara com 29% no caso do ensino superior. Por sua vez, no primeiro quintil de rendimento, 50% das famílias declararam ter tido reduções de rendimento, o que compara com 31% no quintil mais elevado.

A evolução do rendimento devida à pandemia apresentou uma grande variabilidade consoante o setor de atividade em que o indivíduo de referência trabalhava. No Alojamento e restauração, a pandemia determinou a redução de rendimento de 74% das famílias. Já na Informação, comunicação e atividades financeiras e na Administração pública, educação e saúde, as famílias com redução de rendimento representaram menos de 30% (Gráfico 3).

A redução do rendimento foi também mais frequente entre os trabalhadores por conta própria, em particular entre aqueles que não tinham pessoas ao serviço (71%), do que entre os trabalhadores por conta de outrem (34%).

Gráfico 3: Variação do rendimento do agregado familiar entre 2019 e 2020 em resultado da crise pandémica, por situação na profissão e setor de atividade — Famílias em que o indivíduo de referência estava a trabalhar antes da crise pandémica | Percentagem de famílias no total de cada grupo



Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020.

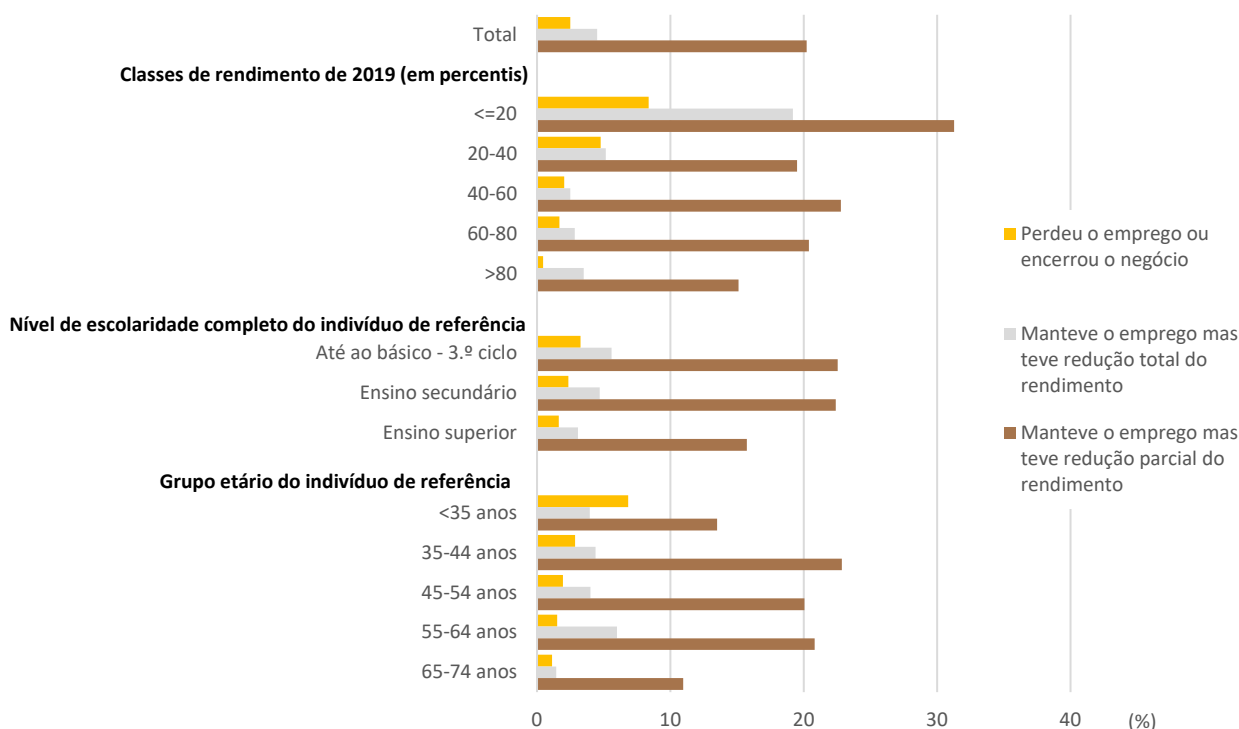
As situações em que o indivíduo de referência teve uma redução parcial do rendimento do trabalho foram mais comuns do que aquelas em que perdeu o emprego ou a totalidade do rendimento

A pandemia e as consequentes medidas de contenção e de apoio implementadas tiveram impactos diversos sobre a situação dos indivíduos no mercado de trabalho, nomeadamente sobre o emprego, os rendimentos recebidos, as horas trabalhadas e o local onde é realizado o trabalho. Nas famílias em que o indivíduo com maior rendimento estava a trabalhar no período anterior à pandemia, 2% indicaram que este perdeu o emprego ou encerrou o negócio em consequência da crise pandémica, 25% indicaram que manteve o emprego, mas teve uma redução do rendimento (em 20% dos casos teve uma redução parcial do rendimento e em 5% dos casos uma redução total) e 18% indicaram que recebeu rendimento de *layoff* ou apoio a trabalhadores independentes (Quadro A4). Adicionalmente, em 25% das famílias o indivíduo de referência esteve algum período em teletrabalho e em 6% trabalhou menos horas para tomar conta de crianças.

Em todos os grupos de famílias, as situações de perda de emprego e de manutenção do emprego, mas com perda total do rendimento do trabalho, foram, no seu conjunto, menos frequentes do que as situações de redução parcial do rendimento. A percentagem de famílias em que o indivíduo de referência enfrentou estas diferentes situações foi, contudo, bastante diversa consoante o tipo de família.

A perda de emprego e a manutenção do emprego, mas com perda total do rendimento do trabalho, foram em geral mais frequentes em níveis de rendimento e de escolaridade baixos e nas famílias em que o indivíduo de referência era mais jovem (Gráfico 4). No primeiro quintil de rendimento, 8% dos indivíduos de referência perderam o emprego e 19% mantiveram o emprego, mas tiveram uma redução total do rendimento, enquanto no quintil de rendimento mais elevado estas percentagens foram 0% e 4%, respetivamente. Por situação na profissão, a manutenção de emprego com redução total do rendimento foi muito mais frequente entre os trabalhadores por conta própria (14% e 22%, nos trabalhadores por conta própria empregadores e isolados, respetivamente) do que entre os trabalhadores por conta de outrem (2%) (Gráfico 5). Por setor de atividade, a maior percentagem de situações de perda de emprego ocorreu nos Transportes e armazenagem (9%) e Alojamento e restauração (6%) e a maior percentagem de situações de perda total de rendimento ocorreu neste último setor (17%).

Gráfico 4: Impacto da pandemia na situação no emprego do indivíduo de referência, por classes de rendimento, nível de escolaridade e grupo etário — Famílias em que o indivíduo de referência estava a trabalhar antes da crise pandémica | Percentagem de famílias no total de cada grupo

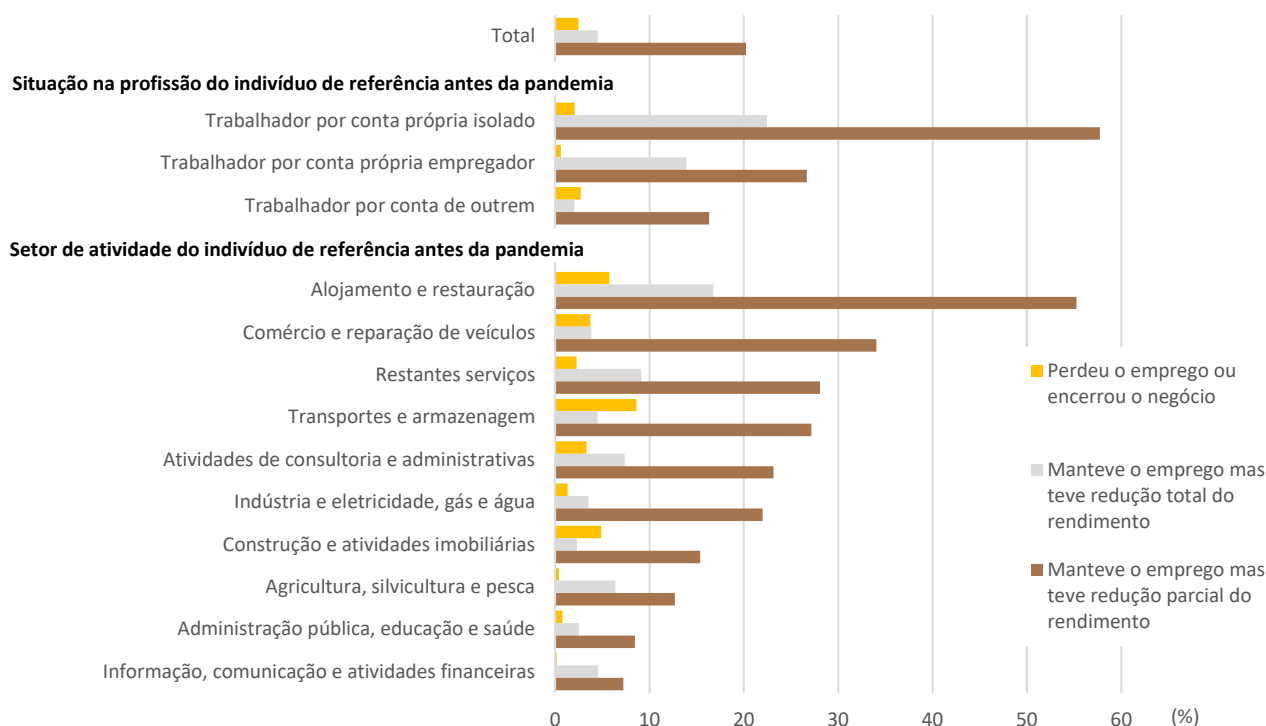


Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020.

Nota: Para o grupo etário “>=75 anos” os dados não estão disponíveis.

A percentagem de famílias em que o indivíduo de referência manteve o emprego, mas teve uma redução parcial do rendimento, reduz-se também com o nível de rendimento e de escolaridade, embora as diferenças entre os grupos de famílias sejam menos acentuadas do que nas situações de perda de emprego ou de perda total do rendimento (Gráfico 4). Nas famílias do primeiro quintil de rendimento, 31% dos indivíduos de referência mantiveram o emprego, mas tiveram uma redução parcial do rendimento, enquanto no quintil de rendimento mais elevado esta percentagem diminuiu para 15%. Por situação na profissão, 58% dos trabalhadores por conta própria isolados tiveram perdas parciais de rendimento, o que compara com 27% no caso dos trabalhadores por conta própria empregadores e com 16% no caso dos trabalhadores por conta de outrem (Gráfico 5). Os setores de atividade com maior incidência das situações de redução parcial do rendimento foram o Alojamento e restauração (55%) e o Comércio e reparação de veículos (34%).

Gráfico 5: Impacto da pandemia na situação no emprego do indivíduo de referência, por situação na profissão e setor de atividade — Famílias em que o indivíduo de referência estava a trabalhar antes da crise pandémica | Percentagem de famílias no total de cada grupo



Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020.

As situações de *layoff* ou de apoio a trabalhadores independentes foram mais frequentes nas famílias de rendimento intermédio (Quadro A4). Nos três quintis intermédios, cerca de 20% das famílias receberam este tipo de apoios, o que compara com 15% das famílias no primeiro quintil e 12% nas famílias do quintil mais elevado. O recurso aos apoios ao rendimento foi mais frequente nas famílias em que o indivíduo com maior rendimento era trabalhador por conta própria

isolado (27%) ou trabalhava nos setores do Alojamento e restauração (49%) e, em menor medida, nos setores do Comércio e reparação de veículos e da Indústria, eletricidade, gás e água (31% e 27%, respetivamente).

Relativamente às situações em que o indivíduo de referência trabalhou menos horas para tomar conta de crianças, destacam-se as famílias do quintil inferior de rendimento (10%) e as famílias em que este tinha menos de 45 anos (cerca de 10%) ou era trabalhador por conta própria isolado (12%).

Por último, a percentagem de famílias em que o indivíduo de referência esteve em teletrabalho aumenta de forma muito acentuada com o nível de escolaridade (de 3%, nos casos em que é inferior ao secundário, para 55% no ensino superior), com o rendimento (de 10% no primeiro quintil, para 43% no último quintil) e, em menor grau, com a riqueza líquida (de 13% no primeiro quintil, para 38% no último quintil). A percentagem de famílias em que o indivíduo com maior rendimento esteve em teletrabalho foi mais elevada nos trabalhadores por conta de outrem (27%) do que nos trabalhadores por conta própria (13% e 14%, no caso de trabalhadores por conta própria empregadores ou isolados, respetivamente) e assumiu um valor especialmente elevado no setor da Informação, comunicação e atividades financeiras (68%). Por classes etárias, a incidência do teletrabalho apresenta pouca diferenciação.

A maior parte das famílias com redução de rendimento devido à pandemia reduziu a despesa em bens não duradouros e serviços

A maior parte das famílias com redução de rendimento devido à pandemia declarou ter reduzido a despesa com alimentação, vestuário, viagens ou outros bens de consumo e serviços (bens não duradouros e serviços) (67%) (Gráfico 6 e Quadro A5). As outras medidas mais frequentes para fazer face à redução do rendimento consistiram na utilização das poupanças acumuladas ou na venda de bens de valor (29%), no recurso a moratórias para os empréstimos com garantia da residência principal (15%), no adiamento da compra de uma casa, de um carro ou de outro bem duradouro (13%) e no recurso à ajuda de familiares ou amigos (13%). Muito menos comum foi o recurso a outro tipo de medidas, como sejam as moratórias para outros empréstimos, deixar algumas contas por pagar, a renegociação de empréstimos existentes, a contração de um novo empréstimo, as moratórias relativas ao pagamento da renda de casa ou a ajuda por parte de instituições de solidariedade social.

A importância relativa das várias medidas adotadas pelas famílias para fazer face à redução do rendimento devido à pandemia não difere muito por tipo de família. Em todos os grupos de famílias, a redução da despesa com bens não duradouros e serviços foi a medida mais adotada. Esta contenção do consumo foi particularmente frequente nas famílias com apenas um adulto e crianças (89%), nas famílias do primeiro quintil de rendimento (79%) e do primeiro quintil de riqueza (74%) e nas famílias em que o indivíduo de referência tinha menos de 35 anos (78%).

A utilização das poupanças acumuladas ou a venda de bens de valor teve uma importância relativa maior nas famílias com apenas um adulto (42%), nas famílias de menor rendimento (41%) e nas famílias em que o indivíduo de referência tinha mais de 75 anos (39%).

O recurso a moratórias para o empréstimo com garantia da residência principal foi superior a 20% nas famílias em que o indivíduo com maior rendimento tinha entre 35 e 44 anos, nas famílias com crianças e nas famílias do quarto quintil de rendimento e do segundo quintil de riqueza líquida.

A ajuda de familiares ou amigos foi relativamente mais frequente no primeiro quintil de rendimento — recurso utilizado por 33% destas famílias — assim como nas famílias do primeiro quintil de riqueza, nas famílias com apenas um adulto (com ou sem crianças) e nas famílias em que o indivíduo de referência tinha menos de 35 anos, grupos nos quais esta medida abrangeu cerca de 20% das famílias.

O adiamento da compra de uma casa ou de bens duradouros destaca-se ligeiramente mais nas famílias em que o indivíduo de referência tinha entre 35 e 44 anos ou tinha o ensino secundário, assim como nas famílias com adultos e crianças e nas famílias do quarto quintil de rendimento, abrangendo, nestes grupos, cerca de 20% das famílias.

Não pagar contas, uma das outras medidas para fazer face à redução do rendimento, foi mais frequente nas famílias mais jovens (22%); o recurso a moratórias de outro empréstimo, nas famílias com adultos e crianças (10%); e o recurso a moratórias sobre o pagamento da renda da casa, nas famílias dos primeiros quintis de rendimento e riqueza (8% e 7%, respetivamente).

Gráfico 6: Medidas para fazer face à redução do rendimento — Famílias com redução de rendimento devido à pandemia | Percentagem de famílias



Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020.

Nota técnica

O Inquérito à Situação Financeira das Famílias de 2020 (ISSF 2020), realizado entre outubro de 2020 e fevereiro de 2021, integra-se no projeto europeu *Household Finance and Consumption Survey* (HFCS), cujo objetivo é obter dados harmonizados sobre a situação financeira das famílias nos países da área do euro e em outros países europeus.

O projeto teve origem no Eurosistema e é coordenado pelo Banco Central Europeu (BCE) e pela *Household Finance and Consumption Network*, com implementação descentralizada ao nível nacional. No caso de Portugal, a realização do inquérito é da responsabilidade do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE).

O questionário do ISFF permite obter as variáveis definidas no HFCS, sendo, todavia, adaptado à realidade portuguesa.

O ISFF recolhe dados sobre riqueza das famílias, nomeadamente sobre os ativos reais, os ativos financeiros e as dívidas. A informação recolhida ao nível da família completa-se com questões sobre heranças recebidas, direitos sobre pensões a receber no futuro, rendimento e consumo, bem como sobre alguns aspetos sociodemográficos dos indivíduos (e.g. grupo etário, condição perante o trabalho, nível de escolaridade).

A amostra do ISFF2020 incluiu um reforço de unidades de alojamentos de modo a mitigar, ainda que parcialmente, os problemas resultantes da assimetria na distribuição da riqueza e a maior incidência de não respostas nas famílias com maior riqueza. Para este efeito, o dimensionamento em 2020 teve em conta o reforço de unidades de alojamento com base num conjunto de áreas geográficas de maiores rendimentos, além do relativo aos escalões de área útil dos alojamentos, já utilizado nas edições de 2013 e 2017 (com base no cruzamento de nove subdivisões da NUTS com duas classes de área útil dos alojamentos, e reforço nas classes de área útil superior). As áreas geográficas de maiores rendimentos foram obtidas com base no rendimento global dos agregados fiscais das Notas de Liquidação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares de 2016, e nos dados sobre o preço das habitações em 2017.

O dimensionamento da amostra considera habitualmente um fator de compensação do efeito das não respostas totais. Na impossibilidade de realizar entrevistas presenciais devido ao contexto da pandemia COVID-19, este fator foi substancialmente reforçado ao ter em conta que os modos de recolha via telefone ou via web registam habitualmente taxas de resposta mais baixas que a recolha presencial, bem como o efeito de desatualização dos números de telefone na base de dados.

A amostra foi selecionada a partir de uma base de amostragem extraída e constituída pelos alojamentos de residência principal do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA), construído com base nos resultados dos Censos 2011.

Na seleção da amostra considerou-se um esquema de amostragem estratificado e multietápico, em que as unidades primárias (áreas constituídas por uma ou mais células quadradas com 1 km de lado da grelha europeia INSPIRE) foram selecionadas em cada uma das nove subdivisões da NUTS com probabilidade proporcional à dimensão do número de alojamentos familiares de residência principal e as unidades secundárias (alojamentos) foram selecionadas sistematicamente dentro das unidades da 1.ª etapa.

A dimensão da amostra do ISFF 2020 foi fixada em 14 814 alojamentos familiares de residência principal. Os dados preliminares do inquérito incluem respostas válidas em 6 107 agregados familiares.

Para o tratamento da não resposta parcial de variáveis do questionário do ISFF utilizou-se um método de imputação múltipla. Este método permite imputar diferentes valores para um mesmo dado em falta, representando assim a incerteza sobre o valor omissivo e não subestimando a variabilidade da variável. Desta forma, preserva as características da distribuição da variável imputada, bem como as relações com outras variáveis.

Os resultados apresentados foram obtidos tendo por base os ponderadores finais dos agregados familiares, que permitem extrapolar as respostas para o conjunto de agregados familiares residentes em Portugal. Não são disponibilizadas estimativas baseadas em menos de 25 observações (células identificadas com x – Dado não disponível).

No cálculo dos ponderadores foi incorporado um fator de correção de não-respostas totais, assim como um processo de calibragem que teve por base: para as variáveis ao nível do indivíduo, as Estimativas da população residente em 31 dezembro de 2020; para as variáveis ao nível dos agregados familiares, foram utilizados os resultados dos Censos 2021 e da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal. As variáveis de margens foram: a distribuição por sexo e os grupos etários (0-15, 16-19, ..., 70-74, 75+) a nível nacional; a dimensão do agregado familiar (1, 2, 3, 4 ou mais membros), o número de agregados familiares e o montante total das dívidas de empréstimo à habitação, por NUTS II.

Principais conceitos:

Rendimento monetário bruto: rendimento monetário obtido pelos agregados e por cada um dos seus membros, proveniente do trabalho (trabalho por conta de outrem e por conta própria), de outros rendimentos privados (rendimentos de capital, propriedade e transferências privadas), das pensões e outras transferências sociais, antes da dedução dos impostos devidos e das contribuições para a Segurança Social. Inclui rendimentos de carácter regular e não regular. O rendimento é referente ao ano de 2019.

Residência principal: alojamento que constitui a residência de pelo menos um agregado familiar durante a maior parte do ano, ou para onde um agregado tenha transferido a totalidade ou maior parte dos seus haveres.

Riqueza líquida: corresponde à diferença entre o valor total da riqueza (ativos reais e ativos financeiros) e o valor total da dívida no momento da entrevista.

O **indivíduo de referência** foi selecionado de acordo com a definição de Camberra, correspondendo, de um modo geral, ao indivíduo com maior rendimento no agregado familiar. Nesta definição são aplicados os seguintes critérios sequenciais, até que um único indivíduo seja selecionado: 1) membro de um casal com filhos dependentes; 2) membro de um casal sem filhos dependentes; 3) indivíduo com filhos dependentes; 4) indivíduo com o rendimento mais elevado; e 5) indivíduo com a idade mais elevada.

As **classes de rendimento** e de **riqueza líquida** foram estabelecidas de acordo com os percentis da distribuição destas variáveis estimadas para a população. Os percentis dividem a população por ordem crescente dos dados em 100 partes iguais. Em ambos os casos, consideraram-se cinco classes (quintis), nomeadamente: famílias cujo rendimento é igual ou inferior ao percentil 20; está entre os percentis 20 e 40; entre 40 e 60; entre 60 e 80; e ainda para aquelas em que é superior ao percentil 80. Os quintis de uma variável consistem assim em cinco grupos cada um com 20% das famílias ordenadas pelos valores dessa variável. Por exemplo, o primeiro quintil do rendimento inclui o conjunto de 20% de famílias com os valores mais baixos de rendimento, ou seja, as famílias com um valor de rendimento inferior ao percentil 20.

O **setor de atividade** do indivíduo de referência está classificado de acordo com as seguintes seções da CAE: A (Agricultura, silvicultura e pesca), B, C, D e E (Indústria e eletricidade, gás e água), F e L (Construção e atividades imobiliárias), G (Comércio e reparação de veículos), H (Transportes e armazenagem), I (Alojamento e restauração), J e K (Informação, comunicação e atividades financeiras), M e N (Atividades de consultoria e administrativas), O, P e Q (Administração pública, educação e saúde) e R a U (Restantes serviços).

Anexo

Quadro A1: Situação financeira do agregado familiar em comparação com o período antes da crise pandémica — Todas as famílias | Percentagem do total de famílias em cada linha

	Piorou			Inalterada	Melhorou	Total	Por memória:
	Não é possível pagar despesas com rendimento	É possível pagar despesas com rendimento	Piorou (total)				% de famílias no total das famílias da população
Total	4	24	28	69	3	100	100
Classe do rendimento monetário em 2019 (em percentis)							
<=20	6	19	25	73	2	100	20
20-40	6	21	27	70	3	100	20
40-60	4	29	32	65	3	100	20
60-80	2	29	32	66	2	100	20
>80	1	21	23	72	6	100	20
Classe da riqueza líquida (em percentis)							
<=20	6	25	31	67	3	100	20
20-40	3	25	27	70	2	100	20
40-60	4	24	28	70	3	100	20
60-80	4	21	25	71	4	100	20
>80	3	25	28	68	4	100	20
Tipo de família							
1 adulto	4	14	18	79	4	100	25
Vários adultos	3	23	26	72	2	100	41
1 adulto e criança(s)	8	30	38	59	3	100	6
Adultos e criança(s)	4	32	37	59	4	100	28
Grupo etário do indivíduo de referência							
<35 anos	5	37	41	54	5	100	6
35-44 anos	5	29	35	61	5	100	18
45-54 anos	3	28	32	65	3	100	22
55-64 anos	5	28	33	65	2	100	20
65-74 anos	3	17	20	78	2	100	17
>=75 anos	3	11	13	84	3	100	18
Nível de escolaridade completo do indivíduo de referência							
Até ao básico - 3.º ciclo	4	24	28	70	2	100	55
Ensino secundário	6	26	32	64	4	100	19
Ensino superior	2	21	23	72	4	100	25

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020.

Quadro A2: Variação do rendimento do agregado familiar entre 2019 e 2020 em resultado da crise pandémica — Todas as famílias | Percentagem do total de famílias em cada linha

	Redução	Inalterado	Aumento	Total	Por memória: % de famílias em que o indivíduo de referência estava a trabalhar antes da pandemia
Total	27	71	2	100	59
Classe do rendimento monetário em 2019 (em percentis)					
<=20	16	83	1	100	21
20-40	22	77	1	100	53
40-60	36	63	1	100	70
60-80	35	63	2	100	75
>80	27	69	3	100	76
Classe da riqueza líquida (em percentis)					
<=20	29	70	2	100	57
20-40	28	70	2	100	59
40-60	24	75	1	100	55
60-80	24	73	2	100	63
>80	31	67	2	100	61
Tipo de família					
1 adulto	12	86	1	100	31
Vários adultos	24	74	2	100	49
1 adulto e criança(s)	34	65	1	100	87
Adultos e criança(s)	43	55	2	100	92
Grupo etário do indivíduo de referência					
<35 anos	34	63	3	100	89
35-44 anos	43	54	2	100	95
45-54 anos	35	63	2	100	95
55-64 anos	34	64	2	100	74
65-74 anos	14	85	1	100	11
>=75 anos	5	95	1	100	1
Nível de escolaridade completo do indivíduo de referência					
Até ao básico - 3.º ciclo	25	74	1	100	44
Ensino secundário	36	63	2	100	76
Ensino superior	26	70	4	100	79

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020.

Quadro A3: Variação do rendimento do agregado familiar entre 2019 e 2020 em resultado da crise pandémica — Famílias em que o indivíduo de referência estava a trabalhar antes da crise pandémica | Percentagem do total de famílias em cada linha

	Redução	Inalterado	Aumento	Total	Por memória: % de famílias em que o indivíduo de referência estava a trabalhar antes da pandemia no total das famílias da população
Total	39	59	2	100	59
Classe do rendimento monetário em 2019 (em percentis)					
<=20	50	46	3	100	4
20-40	35	65	1	100	11
40-60	44	55	1	100	14
60-80	41	57	2	100	15
>80	31	65	4	100	15
Classe da riqueza líquida (em percentis)					
<=20	41	57	2	100	11
20-40	39	59	2	100	12
40-60	38	61	1	100	11
60-80	34	63	3	100	13
>80	42	55	3	100	12
Tipo de família					
1 adulto	28	69	4	100	8
Vários adultos	37	60	3	100	20
1 adulto e criança(s)	36	63	1	100	6
Adultos e criança(s)	43	55	2	100	26
Grupo etário do indivíduo de referência					
<35 anos	29	68	3	100	5
35-44 anos	43	55	2	100	17
45-54 anos	36	62	2	100	21
55-64 anos	41	56	3	100	15
65-74 anos	29	71	0	100	2
>=75 anos	x	x	x	x	0
Nível de escolaridade completo do indivíduo de referência					
Até ao básico - 3.º ciclo	44	55	1	100	24
Ensino secundário	42	56	1	100	15
Ensino superior	29	67	5	100	20
Situação na profissão do indivíduo de referência antes da pandemia					
Trabalhador por conta de outrem	34	63	2	100	50
Trabalhador por conta própria empregador	50	48	1	100	5
Trabalhador por conta própria isolado	71	28	1	100	4
Setor de atividade do indivíduo de referência antes da pandemia					
Agricultura, silvicultura e pesca	36	64	1	100	2
Indústria e eletricidade, gás e água	46	53	1	100	10
Construção e atividades imobiliárias	38	60	1	100	5
Comércio e reparação de veículos	45	53	2	100	8
Transportes e armazenagem	50	50	0	100	3
Alojamento e restauração	74	26	0	100	3
Informação, comunicação e atividades financeiras	19	77	3	100	4
Atividades de consultoria e administrativas	40	57	3	100	5
Administração pública, educação e saúde	26	70	5	100	17
Restantes serviços	49	51	1	100	2

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020.

Nota: x - Dado não disponível.

Quadro A4: Impacto da pandemia na situação do indivíduo de referência no mercado de trabalho — Famílias em que o indivíduo de referência estava a trabalhar antes da crise pandémica | Percentagem do total de famílias em cada linha

	Perdeu o emprego ou encerrou o negócio	Manteve emprego mas teve redução total do rendimento	Manteve emprego mas teve redução parcial do rendimento	Recebeu rendimento de layoff/apoio aos trabalhadores independentes	Trabalhou menos horas para tomar conta de crianças	Esteve em teletrabalho
Total	2	5	20	18	6	25
Classe do rendimento monetário em 2019 (em percentis)						
<=20	8	19	31	15	10	10
20-40	5	5	19	18	5	14
40-60	2	2	23	20	6	15
60-80	2	3	20	22	4	27
>80	0	4	15	12	6	43
Classe da riqueza líquida (em percentis)						
<=20	5	5	24	23	7	13
20-40	3	5	18	18	4	19
40-60	3	5	21	19	6	25
60-80	1	5	18	13	7	28
>80	1	4	21	16	5	38
Tipo de família						
1 adulto	5	8	22	14	1	34
Vários adultos	1	6	18	15	0	24
1 adulto e criança(s)	2	7	26	21	12	32
Adultos e criança(s)	3	2	21	20	10	21
Grupo etário do indivíduo de referência						
<35 anos	7	4	14	16	8	23
35-44 anos	3	4	23	23	11	25
45-54 anos	2	4	20	16	4	27
55-64 anos	2	6	21	15	1	22
65-74 anos	1	1	11	11	0	30
>=75 anos	x	x	x	x	x	x
Nível de escolaridade completo do indivíduo de referência						
Até ao básico - 3.º ciclo	3	6	23	19	3	3
Ensino secundário	2	5	22	22	7	21
Ensino superior	2	3	16	13	8	55
Situação na profissão do indivíduo de referência antes da pandemia						
Trabalhador por conta de outrem	3	2	16	17	5	27
Trabalhador por conta própria empregador	1	14	27	18	7	13
Trabalhador por conta própria isolado	2	22	58	27	12	14
Setor de atividade do indivíduo de referência antes da pandemia						
Agricultura, silvicultura e pesca	0	6	13	5	2	3
Indústria e eletricidade, gás e água	1	4	22	27	5	12
Construção e atividades imobiliárias	5	2	15	7	3	9
Comércio e reparação de veículos	4	4	34	31	6	13
Transportes e armazenagem	9	5	27	23	3	17
Alojamento e restauração	6	17	55	49	5	7
Informação, comunicação e atividades financeiras	0	5	7	5	10	68
Atividades de consultoria e administrativas	3	7	23	16	8	36
Administração pública, educação e saúde	1	3	8	6	6	37
Restantes serviços	2	9	28	23	10	17

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020.

Nota: x - Dado não disponível.

Quadro A5: Medidas para fazer face à redução do rendimento — Famílias com redução de rendimento devido à pandemia | Percentagem do total de famílias em cada linha

	Recorreu a uma moratória para o empréstimo que tem garantia da residência principal	Recorreu a uma moratória para outro empréstimo	Contraiu um novo empréstimo	Renegociou um empréstimo	Recorreu a uma moratória para o pagamento da renda da casa	Utilizou poupanças acumuladas ou vendeu bens de valor	Recebeu ajuda de familiares ou amigos	Recebeu ajuda de uma instituição de solidariedade social	Adiou a compra de uma casa, de um carro ou de outro bem duradouro	Reduziu a despesa com alimentação, vestuário, viagens ou outros bens de consumo e serviços	Deixou contas por pagar	Por memória: % de famílias com redução de rendimento no total das famílias da população
Total	15	6	2	3	2	29	13	1	13	67	6	27
Classe do rendimento monetário em 2019 (em percentis)												
<=20	11	8	1	5	8	41	33	1	12	79	6	3
20-40	17	9	1	3	0	32	20	1	11	68	15	4
40-60	14	6	4	0	2	32	11	1	11	70	7	7
60-80	21	2	3	4	3	23	9	0	18	63	4	7
>80	12	6	3	3	0	25	4	1	13	59	2	5
Classes da riqueza líquida (em percentis)												
<=20	17	5	1	3	7	27	22	2	17	74	13	6
20-40	23	7	5	3	1	27	10	1	16	64	7	6
40-60	14	6	1	2	0	33	11	0	10	68	3	5
60-80	12	5	2	2	1	29	14	0	11	65	6	5
>80	11	7	4	3	1	30	7	0	11	63	2	6
Tipo de família												
1 adulto	12	1	2	0	2	42	20	2	4	54	7	3
Vários adultos	8	3	1	1	2	27	9	0	12	67	5	10
1 adulto e criança(s)	23	3	2	4	3	25	21	2	8	89	14	2
Adultos e criança(s)	22	10	4	4	3	28	13	1	18	66	5	12
Grupo etário do indivíduo de referência												
<35 anos	15	1	1	5	0	15	20	0	9	78	22	2
35-44 anos	24	6	2	2	3	29	12	2	21	67	4	8
45-54 anos	18	6	4	2	3	27	14	0	11	65	6	8
55-64 anos	8	9	2	4	3	36	15	1	11	71	6	7
65-74 anos	5	2	0	0	0	23	2	0	10	58	3	2
>=75 anos	0	2	3	1	0	39	7	0	6	51	5	1
Nível de escolaridade completo do indivíduo de referência												
Até ao básico - 3.º ciclo	15	7	4	3	3	28	12	1	9	66	7	14
Ensino secundário	14	4	0	0	1	30	17	0	19	66	6	7
Ensino superior	17	5	2	3	3	29	11	0	16	70	6	6

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020.